



**MUNICÍPIO
DE ITUPEVA**
ESTADO DE SÃO PAULO

CONTROLADORIA GERAL



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITUPEVA**

Relatório de Controles Internos

Agosto de 2021
(Análise do 1º semestre de 2021)



ÍNDICE

1	Regulamentação.....	02
2	Execução Orçamentária	03
2.1	Resultado da Execução Orçamentária – RECEITAS.....	03
2.2	Resultado da Execução Orçamentária – DESPESAS.....	03
3	Contabilidade.....	04
3.1	Evolução do Patrimonial.....	04
3.2	Ordem Cronológica dos Pagamentos.....	05
3.3	Informações no Audep	05
4	Investimentos.....	07
4.1	Instituições Credenciadas.....	08
5	Parcelamentos Previdenciários.....	09
6	Contribuições Previdenciárias.....	11
7	Taxa de Administração.....	11
8	Base Cadastral Atualizada.....	12
9	Servidores integrantes do Regime Próprio de Previdência.....	12
9.1	Remuneração dos Dirigentes	13
9.2	Prestação de informações Audep Fase III exigidas no período.....	13
10	Concessão de benefícios.....	14
10.1	Benefícios Permanentes.....	14
10.2	Benefícios Temporários.....	16
11	Certificado de Regularidade Previdenciária.....	16
12	Compensação Previdenciária.....	16
13	Atuarial.....	17
14	Licitações e Contratos.....	17
14.1	Licitações.....	17
14.2	Aditivos contratuais.....	18
15	Adiantamentos.....	19
16	Regularidade Fiscal.....	19
17	Denúncias / Representações / Expedientes.....	19
17.1	Processos junto ao TJ/SP.....	19
18	Transparência	20
19	Conselhos Deliberativo e Conselho Fiscal.....	20
20	Conclusão.....	20



**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
1º SEMESTRE/2021**

A **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, instituída pela Lei Complementar n.º 332 de 19 de março de 2013 e suas alterações, no uso de suas atribuições, com especial observância ao seu art. 23, apresenta **RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO** face as atividades da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência do Município, Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itupeva – Itupeva Previdência, no **SEGUNDO** semestre do ano de 2020.

“Art. 23. O Sistema Municipal de Controle Interno, instituído por esta Lei Complementar, tem como finalidade exercer a atividade de auditoria interna nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Itupeva.” (Lei Complementar n.º 332/2013)

Para a confecção do presente relatório observou-se o Manual de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em relação as especificidades dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Neste período, em análise aos documentos e planilhas apresentadas, podemos constatar o seguinte:

1. Regulamentação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores:

o Regime de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Itupeva foi criado pela Lei Complementar Municipal nº 388 de 11 de novembro de 2015, com alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº:

- ✓ 423 de 20/12/2017: alteração do Plano de Custeio (alteração de alíquota);
- ✓ 440 de 25/09/2018: alteração do critério de segregação de massa;
- ✓ 443 de 13/03/2019: adota IPCA como índice oficial para atualização de débitos;
- ✓ 478 de 03/01/2020: alteração do Plano de custeio e Plano de Benefícios (EC 103/2019);
- ✓ 483 de 20/02/2020: Reforma Administrativa.



2. Execução Orçamentária

2.1. Resultado da Execução Orçamentária – RECEITAS

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às Receitas e aferimos o seguinte resultado no semestre em exame:

Natureza da Receita	Previsão de arrecadação no semestre	Receita Arrecadada							Resultado
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Total Geral	
12180111-CPSSS do Servidor Civil Ativo	6.086.500,00	1.128.705,81	1.781.156,94	909.215,71	907.094,90	908.763,21	909.574,72	6.544.511,29	100%
72180311-CPSSS Patronal do Servidor Civil Ativo	5.550.500,00	30.171,34	29.718,72	1.851.347,66	709.294,94	1.169.642,90	941.228,93	4.731.404,49	85%
72180312-CPSSS Patronal Multas e Juros	1.000,00	45.348,96	60.671,83	70.612,34	52.615,66	71.824,94	55.409,85	356.483,58	100%
72180411-CPSSS Patronal Parcelamento de débitos	1.150.000,00	236.309,72	437.119,09	1.432.396,25	360.274,54	362.009,93	367.915,18	3.196.024,71	100%
79909911-Receitas diversas Tx de Administração	816.500,00	4.494,19	4.494,19	351.398,63	4.494,19	4.494,19	4.494,19	373.869,58	45%
79909912-Receitas diversas Tx de Administração multa e juros	0,00	0,00	0,00	9.300,73	0,00	0,00	0,00	9.300,73	100%
Total Geral	13.604.500,00	1.445.030,02	2.313.160,77	4.624.271,32	2.033.774,23	2.516.735,17	2.278.622,87	15.211.594,38	100%

No período analisado verificamos a realização do repasse das contribuições previdenciárias, com atraso não superior a 45 dias. Realização de sequestro de FPM para a quitação dos valores devidos aos RPPS. No fechamento do semestre, não foi acusado o recebimento da contribuição patronal do mês de maio, que se efetivou em 30/07/2021.

O Saldo devedor de contribuições previdenciárias em atraso era de **R\$ 907.566,80** em 30/06/2021.

Ademais disso, a Prefeitura também deixou de realizar o pagamento da Taxa de Administração das competências de março à junho no valor de **R\$ 693.808,88**. Verificar item 7 deste relatório.

2.2. Resultado da Execução Orçamentária - DESPESAS

Verificamos o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às Despesas e aferimos o seguinte resultado no semestre em exame:

Natureza da Despesa	Previsão no semestre	Realização no Semestre							Resultado
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Total Geral	
Outras Despesas correntes	557.500,00	40.592,34	40.109,85	40.954,04	41.372,52	52.400,42	40.117,00	255.546,17	46%
Pessoal e Encargos	385.000,00	54.792,11	51.562,54	55.628,81	57.190,87	68.383,67	60.397,54	347.955,54	90%
Pensões	190.000,00	10.392,45	16.743,01	15.039,20	15.039,20	23.833,56	33.642,45	114.689,87	60%
Aposentadorias	3.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
Total Geral	4.482.500,00	105.776,90	108.415,40	111.622,05	113.602,59	144.617,65	134.156,99	718.191,58	16%



No mais, as análises efetuadas demonstram que foram realizados gastos administrativos dentro do limite de 2% constantes do Orçamento Anual do Itupeva Previdência. O exame documental da despesa revelou regularidade de instrução formal. Os limites de despesas se mostraram compatíveis com o planejamento orçamentário realizado.

No primeiro semestre de 2021 o RPPS conta com a concessão de 7 benefícios de pensão por morte. Não foram concedidas aposentadorias no primeiro semestre em exame.

3. Contabilidade

Os bens, direitos e ativos foram avaliados de acordo com a Lei nº 4.320/64.

Foi utilizado o PCASP, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público conforme portaria MPS n.º 209/2013.

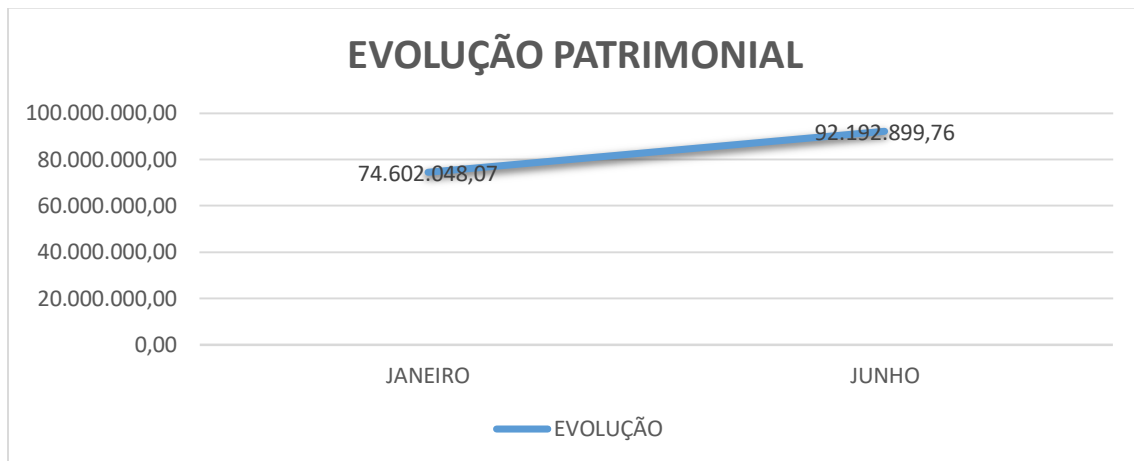
Verificou-se que há registro contábil individualizado das contribuições dos servidores e dos entes patrocinadores.

Há contas específicas para os fundos financeiro e previdenciário, distinta da conta geral do Município

3.1. Evolução Patrimonial

Nota-se que a evolução patrimonial no semestre em análise teve retorno acumulado positivo.

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno	Retorno Acumulado	Retorno Mês %	Retorno Acumulado %	meta Mês	Meta Acumulada
Janeiro	74.602.048,07	1.445.030,02	99.142,02	75.492.986,48	-454.949,59	-454.949,59	-0,60%	-0,60%	0,68%	0,68%
Fevereiro	75.492.986,48	1.931.954,10	102.920,28	75.557.360,53	-764.659,77	-1.219.609,36	-0,99%	-1,58%	1,25%	1,94%
Março	76.557.360,53	9.259.888,18	2.827.480,49	83.493.966,39	504.198,17	-715.411,19	0,61%	-0,98%	1,43%	3,39%
Abril	83.493.966,39	3.647.896,01	1.727.808,59	86.350.207,28	936.153,47	220.742,28	1,10%	0,10%	0,74%	4,16%
Mai	86.350.207,28	6.771.351,33	4.398.164,93	89.972.365,32	1.248.971,64	1.469.713,92	1,41%	1,51%	1,25%	5,50%
Junho	89.972.365,32	4.028.622,87	1.883.871,28	92.192.899,76	75.782,85	1.545.496,77	0,08%	1,59%	0,98%	6,53%



3.2. Ordem Cronológica dos Pagamentos

O controle interno aferiu cumprimento das obrigações financeiras no período. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos.

3.3. Informações no Audesp

Prestação de informações contábeis e orçamentárias ao TCE-SP exigidas no período:

Tipo de Documento	Mês	Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no prazo	Data de Entrega
Balancete Isolado – Conta – Contábil	Janeiro	22/03/2021	Sim	Sim	09/03/2021
	Fevereiro	06/04/2021	Sim	Sim	23/03/2021
	Março	26/04/2021	Sim	Sim	15/04/2021
	Abril	24/05/2021	Sim	Sim	10/05/2021
	Maiο	21/06/2021	Sim	Sim	14/06/2021
	Junho	20/07/2021	Sim	Sim	16/07/2021
Balancete Isolado – Conta – Corrente	Janeiro	22/03/2021	Sim	Sim	09/03/2021
	Fevereiro	06/04/2021	Sim	Sim	23/03/2021
	Março	26/04/2021	Sim	Sim	15/04/2021
	Abril	24/05/2021	Sim	Sim	10/05/2021
	Maiο	21/06/2021	Sim	Sim	14/06/2021
	Junho	20/07/2021	Sim	Sim	16/07/2021
Atualização de cadastro geral de entidades – Mensal	Janeiro	10/02/2021	Sim	Sim	04/02/2021
	Fevereiro	10/03/2021	Sim	Sim	02/03/2021
	Março	12/04/2021	Sim	Sim	01/04/2021
	Abril	10/05/2021	Sim	Sim	05/05/2021
	Maiο	10/06/2021	Sim	Sim	07/06/2021
	Junho	12/07/2021	Sim	Sim	05/07/2021



Fundos de Investimentos	Janeiro	10/03/2021	Sim	Sim	10/03/2021
	Fevereiro	12/04/2021	Sim	Sim	08/04/2021
	Março	10/05/2021	Sim	Sim	10/05/2021
	Abril	10/06/2021	Sim	Sim	09/06/2021
	Maiο	12/07/2021	Sim	Sim	12/07/2021
	Junho	10/08/2021	Sim	Sim	HÁ PRAZO
Conciliações Bancárias Mensais	Janeiro	05/04/2021	Sim	Sim	05/04/2021
	Fevereiro	16/04/2021	Sim	Sim	16/04/2021
	Março	06/05/2021	Sim	Sim	30/04/2021
	Abril	02/06/2021	Sim	Sim	02/06/2021
	Maiο	01/07/2021	Sim	Sim	01/07/2021
	Junho	30/07/2021	Sim	Sim	29/07/2021
Demonstrativo de Receitas Previdenciárias	Janeiro	10/03/2021	Sim	Sim	09/03/2021
	Fevereiro	12/04/2021	Sim	Não	13/04/2021
	Março	10/05/2021	Sim	Sim	30/04/2021
	Abril	10/06/2021	Sim	Sim	10/06/2021
	Maiο	12/07/2021	Sim	Sim	12/07/2021
	Junho	10/08/2021	Sim	Sim	HÁ PRAZO
Demonstrativo de Rent. E Evolução da Carteira	Janeiro	10/05/2021 (trimestral)	Sim	Sim	10/05/2021
	Fevereiro				
	Março				
	Abril	10/08/2021 (trimestral)	Sim	Sim	HÁ PRAZO
	Maiο				
	Junho				
Demonstrativo de Parcelamento	Janeiro	22/06/2021 (quadrimestral)	Sim	Sim	17/06/2021
	Fevereiro				
	Março				
	Abril				
	Maiο	13/10/2021 (quadrimestral)	Sim	Sim	HÁ PRAZO
	Junho				

De acordo com informações da contabilidade, houve falha operacional no envio do DRPA da competência de fevereiro, sendo o mesmo enviado com 1 (um) dia de atraso.

De acordo com Comunicado Audep n. 043/2020 publicado em 02/06/2020, o questionário sobre transportes teve a obrigatoriedade de entrega suspensa por período indeterminado.



4. Investimentos

Todas as aplicações dos recursos estão de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 3.922/10).

Não foram utilizados recursos previdenciários para empréstimos de qualquer natureza.

Todas as APR's estão assinadas e publicadas no site.

Não foram realizadas aquisição de títulos públicos.

Os investimentos do período foram realizados, em sua maioria, aproveitando as oportunidades em renda variável, mantendo grande exposição que alcança 23,93% (30/06/2021), no período analisado. As aplicações foram realizadas por decisão do Comitê de Investimentos e homologadas pelo Conselho Deliberativo, conforme atribuição concedida pelo art. 8º, XII da LC 483/2020. As alocações respeitaram os limites da Política de Investimentos de 2020. A Meta atuarial no semestre **não** foi cumprida (intercorrência no cenário econômico mundial em decorrência da pandemia por Coronavírus). Verificou-se que a meta atingiu 1,59% no acumulado do semestre e que o mínimo esperado seria de 6,53% (IPCA + 5,54%).

Nota-se que em decorrência da certificação institucional do Pró-Gestão os limites de alocação de recursos foram alterados, sendo aprovada nova política de Investimentos em março de 2021.

Enquadramentos na Resolução 3.922/2010 e Política de Investimento (RENDA FIXA) - base (Junho / 2021)

Artigos - Renda Fixa	Resolução Pró Gestão - Nivel 1	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2021			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' a '	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	9.219.289,98
Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '	100,00%	40.153.356,90	43,55%	25,00%	51,00%	90,00%	42.820.252,88
Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a '	65,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	9.219.289,98
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea ' a '	45,00%	28.229.767,24	30,62%	4,07%	21,00%	45,00%	13.257.037,65
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea ' b '	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	4.609.644,99
Total Renda Fixa	100,00%	68.383.124,14	74,17%	29,07%	72,00%	160,00%	



Enquadramentos na Resolução 3.922/2010 e Política de Investimento (RENDA VARIÁVEL E EXTERIOR) - base (Junho / 2021)

Artigos - Renda Variável	Resolução Pró Gestão - Nível 1	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - 2021			GAP Superior
				Inf	Alvo	Sup	
Artigo 8º, Inciso I, Alínea ' a '	35,00%	3.661.253,03	3,97%	1,00%	4,00%	15,00%	10.167.681,93
Artigo 8º, Inciso II, Alínea ' a '	25,00%	12.640.223,25	13,71%	10,00%	16,00%	25,00%	10.408.001,69
Artigo 8º, Inciso III	10,00%	5.758.240,41	6,25%	3,00%	6,00%	10,00%	3.461.049,57
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea ' a '	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	4.609.644,99
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea ' b '	5,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	4.609.644,99
Total Renda Variável	35,00%	22.059.716,69	23,93%	14,00%	26,00%	60,00%	

Artigos - Exterior	Resolução Pró Gestão - Nível 1	Carteira \$	Carteira	Estratégia de Alocação - Limite - 2021			GAP Superior
				Inferior	Alvo	Superior	
Artigo 9º - A, Inciso II	10,00%	635.843,74	0,69%	0,00%	1,00%	5,00%	3.973.801,25
Artigo 9º - A, Inciso III	10,00%	1.114.215,19	1,21%	0,00%	1,00%	5,00%	3.495.429,80
Total Exterior	10,00%	1.750.058,93	1,90%	0,00%	2,00%	10,00%	

ⓘ **ATENÇÃO!** Os limites respeitam as condições previstas na Resolução 4.695/18 em seus Artigo 7º § 10º e Artigo 8º § 10º para RPPS Certificado pelo Pró-Gestão!

4.1. Instituições credenciadas:

BANCO	CATEGORIA	CNPJ	DATA DE INÍCIO	ÚLTIMA RENOVAÇÃO
BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	Administrador / Gestor	30.822.936/0001-69	04/10/2016	22/03/2021
Caixa Econômica Federal	Administrador / Gestor	00.360.305/0001-04	13/10/2016	23/03/2021
Itaú Unibanco S.A.	Administrador / Gestor	60.701.190/0001-04	11/05/2018	22/04/2021
Banco Bradesco S.A.	Administrador	60.746.948/0001-12	18/06/2018	20/05/2021
Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Administrador	00.066.670/0001-00	18/06/2018	20/05/2021
Bram Bradesco Asset Management S.A. - DTVM	Gestor	62.375.134/0001-44	18/06/2018	20/05/2021
Safra Serviços de Administração Fiduciária LTDA	Administrador	06.947.853/0001-11	14/11/2019	22/04/2021
Banco J. Safra S. A.	Gestor	03.017.677/0001-20	14/11/2019	22/04/2021

Obs. Todas as instituições possuem o credenciamento atualizado e estão aptas a receber recursos de investimentos do RPPS.



5. Parcelamentos Previdenciários

Constatamos ainda há existência dos seguintes parcelamentos:

a) **Quitados** em março de 2021:

Débitos Previdenciários - PATRONAL Exercício de 2016				
Competência	Termo de acordo	Valores Consolidados (F. Financeiro)	Valores Consolidados (F. Previdenciário)	Valores Consolidados (Total)
Março	677/2016 678/2016 (31/10/2016)	R\$ 837.285,05	R\$ 1.445.700,29	<u>R\$ 2.282.985,34</u>
Abril				
Maio				
Junho				
Julho				
Agosto				

Débitos Previdenciários - SERVIDOR Exercício de 2016				
Competência	Termo de acordo	Valores Consolidados (F. Financeiro)	Valores Consolidados (F. Previdenciário)	Valores Consolidados (Total)
Novembro	1641/2017	R\$ 557.359,35	R\$ 839.971,75	<u>R\$ 1.397.331,10</u>
Dezembro	1642/2017			
Décimo terceiro	(30/11/2017)			

b) **Ativos**, com cobrança em andamento:

Débitos Previdenciários – PATRONAL Exercício de 2019				
Competência	Termo de acordo	Valores Consolidados (F. Financeiro)	Valores Consolidados (F. Previdenciário)	Valores Consolidados (Total)
Agosto	158/2020 159/2020 (21/02/2020)	R\$ 1.773.947,59	R\$ 2.320.885,86	<u>R\$ 4.094.833,45</u>
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				
Décimo Terceiro				



Débitos Previdenciários – PATRONAL				
Exercício de 2020				
Competência	Termo de acordo	Valores Consolidados (F. Financeiro)	Valores Consolidados (F. Previdenciário)	Valores Consolidados (Total)
Março	345/2021 346/2021 (21/02/2020)	R\$ 4.489.068,04	R\$ 4.804.682,28	<u>R\$ 4.094.833,45</u>
Abril				
Maio				
Junho				
Julho				
Agosto				
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				

Em relação aos pagamentos, acusamos o seguinte:

- a) Parcelamentos **677/2016** e **678/2016**: quitação realizada no mês de março de 2021;
- b) Parcelamentos **1641/2017** e **1642/2017**: quitação realizada no mês de março de 2021;
- c) Parcelamentos **158/2020** e **159/2020**: as parcelas vencidas no primeiro semestre foram pagas todas dentro do prazo de vencimento (11/30 a 16/30);
- d) Parcelamentos **345/2021** e **346/2021**: teve sua aprovação pela Secretaria de Previdência com primeiro vencimento em 15/02/2021. As demais parcelas vencidas dentro do primeiro semestre foram pagas dentro do prazo de vencimento (1/47 a 5/47)

Consigna-se que foi realizado parcelamento de débitos suspensos pela Lei n.º 2.190 de 01/09/2020, em decorrência do cenário da pandemia por Covid-19, e que o Conselho Deliberativo em sua reunião extraordinária realizada em 29/01/2020 condicionou a aprovação do parcelamento a quitação dos parcelamentos anteriores (677/2016, 678/2016, 1641/2017 e 1642/2017).



6. Contribuições Previdenciárias

Verificou-se que as contribuições previdenciárias tem tido repasse com atraso de forma recorrente e que a quitação dos débitos não ultrapassou 45 dias.

Nota-se que é realizado o sequestro do FPM de forma administrativa pelo RPPS para a quitação das contribuições.

No fechamento do semestre (31/06/2021), estavam pendentes de repasse:

DÉBITOS CONTRIBUIÇÃO PATRONAL – FUNDO FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO			
Competência	Data de Vencimento	Referência	Valor Originário
Maio	20/06/2021	Servidor - FF	R\$ 449.451,39
Maio	20/06/2021	Servidor – FP	R\$ 458.115,41
TOTAL			R\$ 907.566,80

As contribuições previdenciárias referente a competência de maio, com vencimento em 20/06/2021, foram quitadas em 30/07/2021 através de sequestro do FPM.

Nota-se que durante o prazo de inadimplência houve cobrança administrativa realizada pela Diretoria Executiva e notificação quanto ao pedido de sequestro de FPM junto à instituição bancária.

7. Taxa de Administração

A taxa de administração é calculada nos termos do art. 133 da Lei Complementar n.º 388/2015 até limite de até 2% do total da remuneração paga aos servidores ativos e inativos relativamente ao exercício anterior.

Valor mensal da Taxa de Administração: R\$ **177.946,41** (todos os entes empregadores).

Houve atraso no pagamento da Taxa de Administração pelo Município dos meses de MARÇO a JUNHO, acumulando o valor de R\$ **R\$ 907.566,80**.

O pagamento da taxa de administração pela Câmara Municipal obedeceu rigorosamente às datas dos repasses.



8. Base Cadastral Atualizada

A base de dados cadastrais do Itupeva Previdência, até 30/06/2021, conta com **1498** servidores ativos e **07** pensionistas:

Beneficiários cadastrados	Fundo Financeiro	Fundo Previdenciário	Total
Servidores ativos	631	845	1476
Servidores ativos CMI	8	14	22
Aposentados	0	0	0
Pensionistas PMI	3	3	6
Pensionistas CMI	1	0	1

O último recadastramento foi realizado no ano de 2020 de forma virtual.

Os integrantes do Regime Próprio são exclusivamente titulares de cargos efetivos.

Não foram identificados pagamentos de aposentadorias e/ou pensões sem existência do regime próprio de previdência.

9. Servidores integrantes do Regime Próprio de Previdência

Atualmente o Itupeva Previdência conta com 02 servidores efetivos e 04 comissionados, todos cedidos pela Prefeitura, sendo que os 04 cargos comissionados compõem a Diretoria Executiva do Itupeva Previdência.

Todos os servidores apresentaram declaração de bens para a Diretoria Administrativa do Instituto (Art. 32 da Lei Complementar n.º 387 de 11/11/2015 – Estatuto dos Servidores Públicos).

Referente ao “AUDESP fase III atos de pessoal” foram enviados os arquivos mensais obrigatórios, a saber: cadastro de verbas remuneratórias, folha ordinária, resumo da folha, pagamento da folha ordinária e atos normativos.

A folha de pagamento dos servidores do Itupeva Previdência (incluindo férias e 2ª Parcela do Décimo Terceiro), assim se processou, não se verificando ganhos injustificados:



- Folha de Ativos:

Mês	Data do Crédito	Valor líquido
Janeiro	29/01/2021	R\$ 39.707,24
Fevereiro	26/02/2021	R\$ 36.353,78
Março	31/03/2021	R\$ 40.305,02
Abril	30/04/2021	R\$ 41.816,30
Maiο	31/05/2021	R\$ 53.502,80
Junho	30/06/2021	R\$ 45.988,19

9.1. Remuneração dos Dirigentes

A remuneração dos Dirigentes do Itupeva Previdência está fixada na Lei Complementar n.º 388/2015 e 483/2020 e segundo pudemos apurar, não se constatou pagamentos maiores que os fixados.

9.2. Prestação de informações Audep Fase III exigidas no período:

Tipo de Documento	Mês	Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no prazo	Data de Entrega
Atos Normativos	Janeiro		Não houve alteração a ser informada		
	Fevereiro		Não houve alteração a ser informada		
	Março		Não houve alteração a ser informada		
	Abril		Não houve alteração a ser informada		
	Maiο		Não houve alteração a ser informada		
	Junho		Não houve alteração a ser informada		
Documento de cargo e documento de função (se houver)	Janeiro	10/02/2021	Não houve alteração a ser informada		
	Fevereiro	10/03/2021			
	Março	12/04/2021			
	Abril	10/05/2021			
	Maiο	11/06/2021			
	Junho	12/07/2021			
Verbas Remuneratórias	Janeiro	12/02/2021	Sim	Sim	04/02/2021
	Fevereiro	12/03/2021	Não houve alteração a ser informada		
	Março	12/04/2021	Não houve alteração a ser informada		
	Abril	14/05/2021	Não houve alteração a ser informada		
	Maiο	10/06/2021	Não houve alteração a ser informada		
	Junho	12/07/2021	Não houve alteração a ser informada		
Lotação de Agente Público (se houver)	Janeiro	19/02/2021	Não houve alteração a ser informada		
	Fevereiro	15/03/2021			
	Março	15/04/2021			
	Abril	17/05/2021			
	Maiο	15/06/2021			
	Junho	15/07/2021			



Folha Ordinária, Resumo da Folha e Pagamento da Folha	Janeiro	19/02/2021	Sim	Sim	05/02/2021
	Fevereiro	15/03/2021	Sim	Sim	04/03/2021
	Março	15/04/2021	Sim	Sim	06/04/2021
	Abril	17/05/2021	Sim	Sim	04/05/2021
	Maio	15/06/2021	Sim	Sim	09/06/2021
	Junho	15/07/2021	Sim	Sim	05/07/2021
Folha Suplementar - Pagamento	Janeiro	22/02/2021	Não houve alteração a ser informada		
	Fevereiro	22/03/2021			
	Março	20/04/2021			
	Abril	20/05/2021			
	Maio	21/06/2021			
	Junho	20/07/2021			
Quadro de Pessoal (quadrimestre)	Janeiro	Não houve alteração a ser informada			
	Fevereiro				
	Março				
	Abril				
	Maio	17/05/2021	1º quadrimestre 2021 – Enviado em 04/05/2021		
	Junho	Não houve alteração a ser informada			

Verificou-se que todos os prazos foram cumpridos corretamente.

10. Concessão de benefícios

O Art. 53 da Lei Complementar n.º 388/2015 elenca quais são os benefícios do regime próprio de previdência social do município de Itupeva.

Rol de benefícios da legislação municipal não diferia daqueles previstos no regime geral da previdência social, até a promulgação da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Necessária alteração legislativa para excluir o rol de benefícios da legislação municipal os benefícios de: salário maternidade, salário família, auxílio doença e auxílio reclusão.

Foi protocolado Projeto de Lei Complementar 564/2020 para regularizar o rol de benefícios do RPPS.

Até a presente data o projeto de lei não foi apreciado pela Câmara Municipal.

10.1. Benefícios Permanentes

Constatou-se a ocorrência da concessão do benefício de **PENSÃO POR MORTE**, conforme discriminado abaixo:



01	Número do processo de Origem	11/2021
	Servidor	Aparecido de Oliveira
	Órgão de origem	Câmara de Itupeva
	Número do Pis ou Pasep	12190469459
	Data do Ato Concessório	20/01/2021
	Portaria	003 de 24 de fevereiro de 2021
	Beneficiário	Edvania dos Santos Oliveira
	Valor do benefício	R\$ 4.974,50

02	Número do processo de Origem	20/2021
	Servidor	Jose Antonio Mathias Tosta
	Órgão de origem	Prefeitura de Itupeva
	Número do Pis ou Pasep	10665122338
	Data do Ato Concessório	21/05/2021
	Portaria	006 de 21 de maio de 2021
	Beneficiário	Angela Maria Izzo
	Valor do benefício	R\$ 4.397,18

03	Número do processo de Origem	23/2021
	Servidor	Sandra Aparecida Brasil Simão
	Órgão de origem	Prefeitura de Itupeva
	Número do Pis ou Pasep	107302499260
	Data do Ato Concessório	01/06/2021
	Portaria	07 de 02/06/2021
	Beneficiário	Marcelino Lebrero Simão
	Valor do benefício	R\$ 4.974,50

04	Número do processo de Origem	32/2021
	Servidor	Odair Bonjorno
	Órgão de origem	Prefeitura de Itupeva
	Número do Pis ou Pasep	10387687189
	Data do Ato Concessório	01/06/2021
	Portaria	08 de 25/06/2021
	Beneficiário	Claudete Salcedo Bonjorno e Rosemeire Bonjorno
	Valor do benefício	R\$ 4.754,51

- Folha de Pensionistas:

Mês	Data do Crédito	Valor líquido
Janeiro	29/01/2021	R\$ 9.884,41
Fevereiro	26/02/2021	R\$ 15.357,93
Março	31/03/2021	R\$ 14.121,78
Abril	30/04/2021	R\$ 14.121,78
Maio	31/05/2021	R\$ 21.367,06
Junho	30/06/2021	R\$ 30.585,22



Não houve concessão de benefícios de aposentadoria voluntária no período analisado.

Não houve aposentadoria compulsória ou invalidez permanente (exceção à regra).

Verificamos que a Autarquia já elaborou o mapeamento dos processos de concessão de aposentadorias e pensões, estando de acordo com a legislação.

Para fins de atendimento ao Manual de Boas Práticas do Pró-Gestão, o RPPS está desenvolvendo o Manual para concessão de benefícios previdenciários.

10.2. Benefícios Temporários

A Emenda Constitucional n.º 103 de 12 de novembro de 2019 alterou o plano de benefícios dos Regimes Próprios de Previdência, podendo a partir desta data apenas conceder benefícios de Aposentadoria e Pensão.

Desta forma, após 13/11/2019 os servidores em gozo de auxílio doença e salário maternidade passaram a ser de responsabilidade do ente. Contudo, não obstante a regra federal é necessário a adequação da legislação municipal sobre a matéria.

Foi protocolado Projeto de Lei Complementar 564/2020 para regularizar o rol de benefícios do RPPS.

Até a presente data o projeto de lei não foi apreciado pela Câmara Municipal.

11. Certificado de Regularidade Previdenciária

O CRP do Município foi renovado no mês de março após regularização das pendências de repasse previdenciário, e possui **vigência até 14/09/2021**.

Foram encaminhados os demonstrativos previstos na Portaria MPS nº 402/08 à Secretaria de Previdência Social.

12. Compensação Previdenciária

Foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria de Previdência Social, com interveniência do Instituto



Nacional do Seguro Social – INSS para operacionalização da Compensação Previdenciária. A data de assinatura e vigência do acordo é de 05/03/2018, com publicação no DOU em 07.03.2018 p. 104.

Não foram realizados processos de Compensação Previdenciária no período tendo em vista a inexistência de aposentados e pensionistas.

As pensões concedidas no ano de 2020 foram decorrentes de morte de servidor ativo, não fazendo jus a compensação previdenciária.

13. Atuarial

Foi realizado estudo atuarial com base de dados de 31/12/2020 para o ano de 2021 e não houve recomendação no parecer atuarial quanto a implantação de alíquota complementar.

O RPPS já alterou alíquota para 14% o que ocasionou significativo superávit atuarial. Isto pois, havia recentemente reformulado seu plano de custeio com nova data para a segregação (Lei Complementar n.º 440, de 25 de setembro de 2018).

Consta do Relatório de Gestão atuarial do RPPS que:

“Devido a suspensão de contribuições previdenciárias dada pela Lei n.º 2190 de 1/09/2020 deixaram de ser repassadas ao RPPS R\$ 8.813.511,46, referente a contribuições patronais. Esse montante foi objeto de parcelamento no ano de 2021.

Por esta razão não foi possível o cumprimento da projeção atuarial de receitas, sendo realizado 78% do quanto estimado.

*O não cumprimento da projeção atuarial acabou por refletir no **superavit do RPPS que passou a ser R\$ 9.724.010,31 (superavit do ano de 2020 era de R\$ 23.480.075,83).***

Temos que desde 2020 o plano de custeio conta com as seguintes alíquotas: a) 14% para o servidor; b) 14% para patronal – fundo financeiro e; c) 15% para patronal – fundo previdenciário.”

14. Licitações e Contratos

14.1. Licitações

No período analisado foram realizadas compras na modalidade de dispensa de licitação (compra direta).



Formalização de processos: Todas as contratações foram devidamente autuadas de acordo com a Lei 8666/93, bem como foram apresentadas ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal.

No dia 25/05/2021 houve licitação na modalidade carta convite, conforme abaixo:

Processo	Objeto Simplificado	Carta Convite	Data Licitação	Resultado
17/2021	Assessoramento Contábil através de profissional registrado no CRC	001/21	25/05/2021	Fracassado

14.2. Aditivos contratuais

Formalização de processos: Todas as prorrogações foram devidamente autuadas de acordo com a Lei 8666/93, bem como foram apresentadas ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal.

	Processo Administrativo	Valor Global	Início do Contrato	Data da Prorrogação	Período Prorrogado	Período Acumulado ao final
	Credor		Objeto Simplificado			
01	61/2017	R\$ 5.604,00	21/02/2018	21/02/21	20/02/22	48 meses
	5D Full Brazil Eireli		Desenvolvimento de website			
02	10941/2018	R\$ 81.138,96	13/02/2019	13/02/21	12/02/22	36 meses
	Bd-Building Dreams		Locação de imóvel			
03	5/2020	R\$ 9.480,00	28/02/2020	28/02/21	27/02/22	24 meses
	Alexandre Roberto de Oliveira EPP		Manutenção dos aparelhos de ar condicionado			
04	12/2019	R\$ 1.440,00	17/04/2019	17/04/21	16/04/22	36 meses
	GF Monitoramento		Monitoramento imóvel alugado			
05	20/2019	R\$ 60.000,00	21/05/2019	21/05/21	20/05/22	36 meses
	ABCPREV Gestão e Formação Previdenciárias Ltda		Prestação de serviços de assessoria técnica especializada ao regime próprio de previdência social, no prazo de 12 (doze) meses			
06	7/2016	R\$ 8.700	16/06/2016	16/06/2021	15/09/2021	63 meses
	GCASPP Consultoria Contábil e Sistemas Ltda		Assessoramento Contábil através de profissional registrado no CRC			



06	26/2020	R\$ 42.000,00	15/06/2020	15/06/2021	14/06/2022	24 meses
	GCASPP Consultoria Contábil e Sistemas Ltda		Fornecimento de sistema de orçamento, execução orçamentária, contabilidade pública com ênfase em previdência própria municipal			
08	22/19	R\$ 6.021,24	24/06/2019	24/06/2021	23/06/2022	24 meses
	Xerografia Informática Ltda		Locação de impressoras multifuncionais jato de tinta e laser			

15. Adiantamentos

Foi editado Resolução n.º 06 de 21 de outubro de 2019, adotando na íntegra a legislação municipal que trata de adiantamento de despesas (Lei n.º 1.978, de 27 de dezembro de 2013 e posteriores alterações).

✓ **Não** foram realizados no período em análise adiantamentos.

16. Regularidade Fiscal

Constatou-se que o RPPS possui todas as Certidões de regularidade fiscal.

Documento	Emissão	Validade
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	17/02/2021	15/08/2021
Certificado de Regularidade do FGTS – CRF	04/05/2021	22/08/2021
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União	16/07/2021	12/01/2022
Certidão de Tributos Estaduais	19/02/2021	18/08/2021

17. Denúncias / Representações / Expedientes

Não chegou ao nosso conhecimento a existência de Denúncias ou Representações.

Contatou-se a existência de canal de ouvidoria disponível no sítio oficial:
<https://previdencia.itupeva.sp.gov.br/ouvidoria/>

17.1 Processos junto ao TJ/SP

Não foi identificado processo judicial no período de análise.



18. Transparência

A autarquia possui os seguintes instrumentos para informar os segurados quanto aos seus atos de gestão:

- a) Sítio oficial: previdencia.itupeva.sp.gov.br;
- b) Rede Social: <https://www.facebook.com/itupevaprevidencia/>;
- c) WhatsApp Institucional: 11 45918168.

Há veiculação de boletim informativo, com os resumos dos atos de gestão, quadrimestralmente.

Os demonstrativos financeiro e orçamentário de receita e despesa previdenciária são publicados mensalmente no sítio oficial.

19. Conselhos Deliberativo e Conselho Fiscal.

No período examinado, ocorreu Reunião Ordinária dos Conselhos Deliberativo e Fiscal devidamente lavrada em Ata própria, donde se extrai a aprovação, por unanimidade, de todos os atos praticados pela Unidade Gestora e que estão disponíveis para consulta no sítio oficial do RPPS. (<https://previdencia.itupeva.sp.gov.br/>)

As Demonstrações Financeiras do período em exame foram aprovadas por unanimidade pelos pares do Conselho Fiscal e Deliberativo.

Há participação de representantes dos servidores nos colegiados e instâncias de decisão, sendo os mesmos paritários.

As reuniões se deram virtualmente nos meses março a maio, face ao agravamento da situação de Pandemia pelo Covid-19, sendo editada Portaria pelo Conselho Deliberativo sobre a nova modalidade de reunião durante o período de pandemia pelo Coronavírus.

20. CONCLUSÃO

Diante de todo o apurado, não encontramos erros ou vícios formais, concluindo pela regularidade dos procedimentos relatados nos itens deste relatório.

Recomendando que:



- a) Seja cumprido a rigor as prestações de informações no sistema AUDESP;
- b) Observe a fiel cronologia da ordem de pagamentos;
- c) Refaça anualmente o Estudo Atuarial do Instituto;
- d) Realize todos os meios de cobrança necessários para o recebimento das contribuições previdenciárias, bem como dos parcelamentos existentes;
- e) Promover alteração da legislação municipal em relação ao rol dos benefícios previdenciários;

Itupeva, 31 de agosto de 2021.

MARIA JOSE DOS SANTOS PAZ
Controladora Geral do Município

Encaminho aos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal do Itupeva Previdência, para a apreciação.